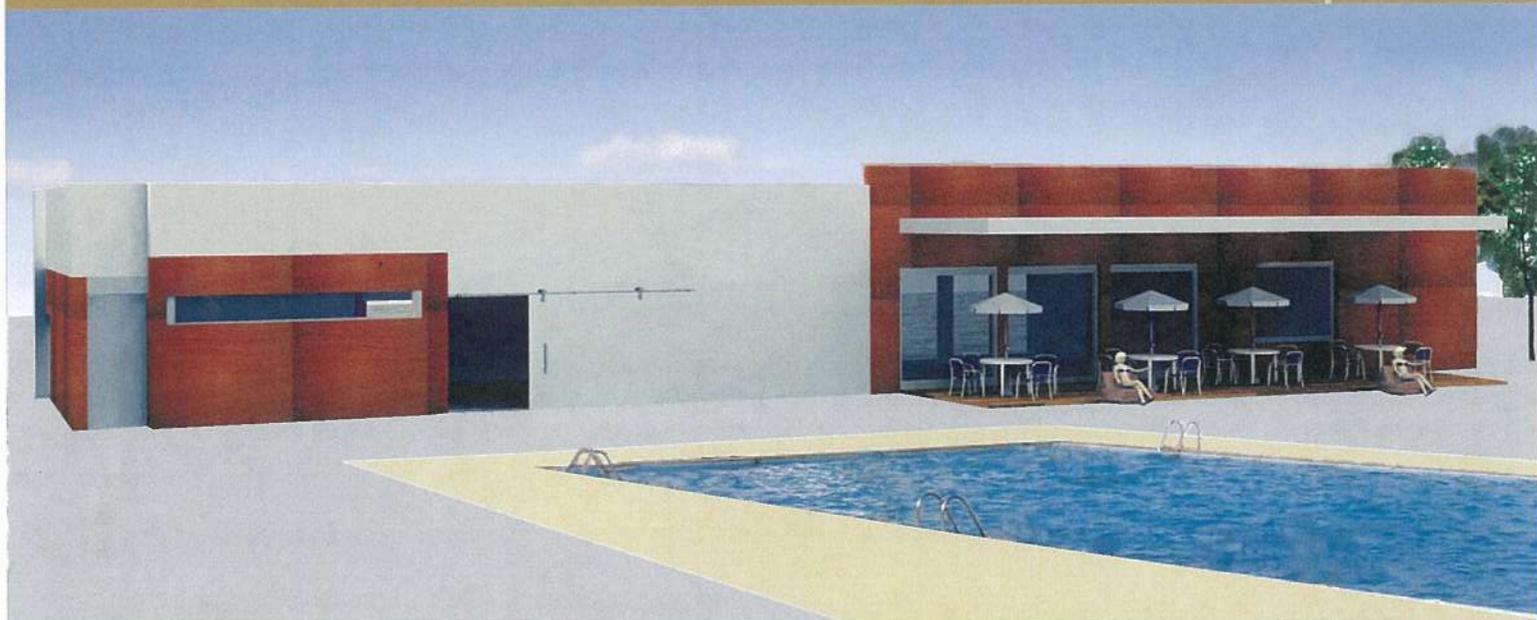


Documentos Previsionais

ANO ECONÓMICO DE 2014



Grandes Opções do Plano
Plano Plurianual de Investimentos
Plano de Atividades Municipais
Orçamento
Nota explicativa



Município de Vila Velha de Ródão
Câmara Municipal

Índice

1.	NOTA PRÉVIA	3
2.	ENQUADRAMENTO.....	3
3.	ANÁLISE FINANCEIRA.....	7
3.1.	MAPA RESUMO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2014.....	8
3.2.	RECEITA PREVISIONAL.....	8
3.2.1.	Estrutura das Receitas	8
3.3.	DESPESA PREVISIONAL	11
3.3.1.	Critérios adotados na projeção da despesa.....	11
3.3.2.	Estrutura das Despesas	11
3.3.3.	Grandes Opções do Plano 2014.....	15
4.	SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO À DATA DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO	22
5.	ANÁLISE COMPARATIVA 2013/2014.....	23
5.1.	RECEITA	24
5.2.	DESPESA.....	24
5.3.	EVOLUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL.....	28
6.	RÁCIOS FINANCEIROS	29
7.	MAPA DE PESSOAL 2014.....	29



Handwritten signature in blue ink, possibly reading "B. Dias".

1. NOTA PRÉVIA

Os documentos previsionais que se submetem à apreciação, discussão e deliberação dos órgãos da autarquia, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, conferem veracidade e substância no que se refere à atividade do Município de Vila Velha de Ródão para o ano de 2014. Estes foram elaborados em concordância com a legislação em vigor, designadamente o POCAL¹, particularmente no que diz respeito aos princípios e regras orçamentais, bem como regras previsionais.

A classificação económica do orçamento apresentado decorre da aplicação do Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, que visa a obtenção de informação de natureza orçamental normalizada para as administrações públicas central, regional e local.

A estrutura de objetivos e programas das Grandes Opções do Plano (GOP) está em sintonia com a classificação funcional das despesas definidas no POCAL.

2. ENQUADRAMENTO

À semelhança do que aconteceu no ano de 2013, a preparação das Grandes Opções do Plano para 2014 – Plano de Atividades Municipais, Plano Plurianual de Investimentos e respetivo Orçamento – representaram um verdadeiro desafio ao executivo municipal face à agravada conjuntura económica e à instabilidade gerada pela prossecução do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal bem como as medidas de contenção anunciadas pelo Governo.

Atualmente vivemos um período de grandes restrições orçamentais, decorrentes dos cortes nas transferências do Orçamento de Estado para as autarquias locais, assim como, na diminuição da capacidade de poupança e de investimento dos particulares, empresas e das instituições, fruto de uma austeridade apontada como necessária para o equilíbrio das contas públicas.

¹ Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais



Pelo terceiro ano consecutivo o Orçamento do Estado prevê cortes cegos no número de trabalhadores da Administração Local, sem o devido cuidado de definir rácios ou de apurar o efetivo excesso/carência de trabalhadores, pondo em causa o acesso e a qualidade dos serviços prestados às populações. Estamos todos condicionados a fazer mais com cada vez menos recursos, sejam eles financeiros ou humanos.

O cenário que se avizinha para 2014 não será muito diferente do vivido em 2013, aliás, prevê-se um agravamento, principalmente no que diz respeito ao poder local que hoje se confronta com um poder político central, que manifesta total incapacidade para proceder à necessária reforma do estado olhando para as autarquias locais como um problema e não como um parceiro nas soluções que o país necessita para ressurgir da crise que atravessa.

A Reforma da Administração Local promovida pelo Governo assentou num conjunto de alterações legislativas, que se concretizaram, no ano 2013, na publicação do regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica e na aprovação, pela Assembleia da República, da nova Lei das Finanças Locais e do Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

Adicionalmente, no ano 2013, já foram visíveis os resultados da implementação dos diplomas referentes ao novo Regime Jurídico das Atividades Empresariais (redução de 130 empresas locais e participações locais em empresas, para 204 empresas no universo autárquico), ao novo Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Local (tendo-se verificado, até à data, uma redução de 15% no número de dirigentes, de um objetivo de 25% a reduzir no período de 3 anos) e ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) - (No âmbito deste Programa, já foram injetados na economia local aproximadamente 400 milhões de euros, através do empréstimo concedido pelo Estado aos municípios para a regularização das suas dívidas a fornecedores).

Em 2014 entra em vigor o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, sendo expectável um " reforço progressivo da disciplina orçamental " neste subsector das Administrações Públicas.

De referir ainda que a nova Lei de Finanças Locais definiu também um novo calendário para a preparação dos orçamentos municipais, compatível com o do Orçamento do Estado.



A este cenário tão pouco encorajador, acrescenta-se ainda o facto de não existir dotação orçamental disponível no QREN² para a apresentação de novas candidaturas, facto este que limita a atuação da atividade do Município, uma vez que se trata de um instrumento de vital importância para a execução de grandes projetos de investimento das autarquias.

Não obstante todas as dificuldades que temos pela frente o nosso maior desafio passa por combater o despovoamento do nosso concelho, para tal teremos de encontrar soluções eficazes para a atração e fixação de pessoas.

Reputamos de extrema importância o enfoque nas áreas de apoio à população, recorrendo para tal a políticas de proximidade e de auxílio muito concreto às famílias mais necessitadas.

As autarquias assumem hoje um papel de crucial importância nas políticas de proximidade na educação e na provisão de recursos para os alunos e para as suas famílias, como tal, este setor é encarado por nós como uma prioridade. As condições criadas com o investimento efetuado no parque escolar permitiram-nos criar excelentes condições de acolhimento e formação para as crianças do nosso concelho, pois sabemos que quando investimos na qualificação e na valorização da nossa comunidade estamos a contribuir para a construção de um futuro melhor e para uma maior igualdade de oportunidades.

Assumimos, igualmente, como eixo prioritário a recuperação do património edificado. Este programa consistirá na aquisição de casas degradadas e na sua recuperação para posterior arrendamento a preços baixos, permitindo assim a fixação e o acesso a habitação condigna a famílias de menores rendimentos.

A aquisição de terrenos para urbanização, já experimentada com sucesso em Vila Velha de Ródão, será continuada através de aquisição de terrenos em todas as freguesias.

No que concerne aos apoios sociais e às medidas para a fixação de famílias no concelho de Ródão, vai este município assumir o pagamento integral da creche para todas as crianças cujas famílias tenham residência no concelho, assumimos ainda o compromisso de oferecer os manuais escolares a todas as crianças do primeiro ciclo do ensino básico. Embora sejam pequenas medidas, constituem acções e princípios com um alcance muito específico, o de

² Quadro Estratégico de Referência Nacional



procurar travar o decréscimo populacional e contribuir para um maior desafogo orçamental das famílias que reúnem crianças em idade escolar nos respetivos agregados familiares.

Referente ao Plano Diretor Municipal vai esta autarquia desenvolver todos os esforços necessários no sentido da sua aprovação, o mais breve quanto possível, apesar de todos os constrangimentos legais e vicissitudes decorrentes da legislação.

Partimos para o próximo exercício económico com o mesmo sentido de responsabilidade, rigor e exigência que sempre assumimos, com uma clara aposta na proteção e estímulo da economia local, das empresas e das famílias, sobretudo aquelas que mais foram afetadas pela crise. Assumimos assim o claro designio de continuar a desenvolver políticas centradas nas pessoas e na qualidade de vida das mesmas.

Importa referir que as Grandes Opções do Plano para 2014 se sustentam, de forma positiva, na situação económica e financeira equilibrada da Câmara:

- ✓ Somos, a nível nacional, uma referência ao nível das autarquias no que respeita ao prazo de pagamento a fornecedores. O nosso prazo médio de pagamento a fornecedores no terceiro trimestre de 2013 situava-se nos 14 dias.
- ✓ No que respeita aos limites de endividamento nos termos da Lei das Finanças Locais aprez-nos dizer, com elevada satisfação, que os mesmos foram cumpridos integralmente.

É certo que vivemos num contexto de grande incerteza, instabilidade e de dificuldade em projetar o futuro, no entanto sabemos bem qual o rumo que queremos seguir e as condicionantes externas a que estamos sujeitos e que influenciam decisivamente todo e qualquer planeamento estratégico associado. No entanto e apesar da adversidade dos tempos e das medidas que o governo persiste por em prática, não vamos desistir de alcançar um novo tempo, um tempo marcado por ideias, objetivos e esperança, pois queremos continuar ao lado dos Rodenses, num esforço de mudança e acima de tudo de trabalho.

"Não há ventos favoráveis para quem não conhece o seu rumo"

Séneca

Página 6



3. ANÁLISE FINANCEIRA

A economia Portuguesa prosseguiu no ano de 2013 o ajustamento dos desequilíbrios económicos acumulados ao longo das últimas décadas. O decorrer deste processo tem implicado a adoção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental. Estas traduzem-se na antevisão de um ano que será, certamente, marcado pelo agravamento da economia.

O Orçamento que se apresenta compreende, a realidade envolvente, o contexto recessivo da economia, reconhecendo ainda as repercussões que a recessão económica tem localmente. Vivemos um momento em que se registam das mais baixas transferências do Orçamento de Estado para as autarquias.

As dificuldades das famílias e das empresas espelham-se na diminuição das receitas. A incerteza quanto à evolução futura da situação económica retrai o investimento dos agentes económicos.

Apesar de todos os constrangimentos inerentes ao contexto económico atual, as Grandes Opções do Plano e Orçamento não deixam de traduzir um conjunto de iniciativas assentes numa estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho e de melhoria da qualidade de vida dos munícipes, que potenciam a criação de novas oportunidades, quer para os agentes económicos quer para as pessoas.

O Executivo salvaguardou ainda, neste plano, medidas específicas de combate ao despovoamento por forma a travar esta rota descendente a que temos vindo a assistir nos últimos anos, sob pena de tudo o resto não fazer sentido.

Em suma, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento reflectem e estão dependentes de todo o enquadramento referido e que constituem o enquadramento da atuação deste Executivo.

O processo de planeamento do orçamento anual decorreu, à semelhança de anos anteriores, de forma participada, por todas as unidades orgânicas do Município, sempre sob coordenação da Divisão Administrativa e Financeira e orientação do Executivo. Da consolidação, por



classificação económica, de todos os orçamentos setoriais e do PPI³, definiu-se o presente orçamento Municipal para 2014.

3.1. MAPA RESUMO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2014

O orçamento municipal para o ano de 2014 ascende os **7.400.000,00€**, verificando-se assim uma redução na ordem dos 1,63% face ao ano anterior. Esta redução orçamental prende-se com a redução de receita extraordinária recebida no ano anterior, relativa ao projecto de beneficiação do Caminho Municipal 1355-IP2-Vale do Cobre-Foz do Cobre.

Da análise à estrutura orçamental, refletida no quadro seguinte, verificamos que se encontra assegurado o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental previsto no POCAL⁴, segundo o qual as receitas correntes têm de ser iguais ou superiores às despesas correntes.

Receita	7.400.000,00 €	%	Despesa	7.400.000,00 €	%
Corrente	5.689.759,00 €	77%	Corrente	5.053.850,00 €	68%
Capital	1.710.241,00 €	23%	Capital	2.346.150,00 €	32%

Tabela 1: Previsão Orçamental para 2014

Como podemos observar, as receitas correntes são superiores às despesas correntes, permitindo desta forma cobrir o *deficit* de capital no montante de **635.909,00€**.

3.2. RECEITA PREVISIONAL

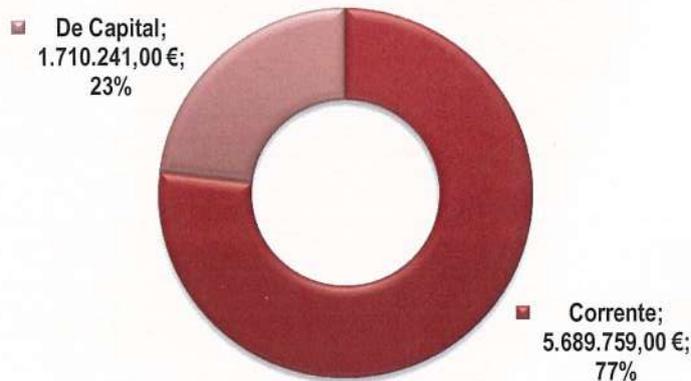
3.2.1. Estrutura das Receitas

A receita total, subdivide-se de acordo com a sua natureza, em dois grandes grupos, as Receitas Correntes a que corresponde o valor global de **5.689.759,00€** e as Receitas de Capital a que corresponde um valor de **1.710.241,00€**.

³ Plano Plurianual de Investimentos

⁴ Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

Estrutura da Receita



Cerca de **77%** da receita prevista para 2014 corresponde a **Receita Corrente**, destacando-se neste âmbito as rúbricas das **Transferências Correntes, Impostos Diretos e Venda de Bens e Serviços Correntes**.



Cerca de **98,3%** das **Transferências Correntes** são provenientes da **Administração Central**, destacando-se a repartição dos recursos públicos com 81,5% de FEF⁵, 0,79% de FSM⁶ e 1,59% IRS⁷.

A Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados representa 6,22% das receitas provenientes da Administração Central.

Neste capítulo justifica-se, ainda, realçar as transferências referentes aos acordos de colaboração existentes entre o Município e o Ministério da Educação, no contexto de execução de transferência de competências do pessoal não docente, e da comparticipação ao nível das refeições, transportes escolares, das atividades de apoio à família e atividades extra-curriculares. Estas representam **9,15%** das transferências provenientes da Administração Central.

⁵ Fundo de Equilíbrio Financeiro

⁶ Fundo Social Municipal

⁷ Participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Os restantes cerca de **23%** da receita prevista correspondem à **Receita de Capital**, destacam-se neste grupo as Transferências de Capital (FEF⁸+FEDER⁹+FEADER¹⁰), que representam 20,26% da Receita Total e 87,67% da Receita de Capital.

De referir ainda que a repartição do FEF Corrente/Capital se encontra distribuído da seguinte forma:



Capítulos	Previsão 2014	%	Tx. Cresc.
Receitas Correntes	5.689.759,00 €	76,89%	17,80%
Impostos diretos	623.926,00 €	8,43%	22,83%
Impostos indiretos	9.461,00 €	0,13%	-9,57%
Taxas multas e outras penalidades	22.468,00 €	0,30%	-45,82%
Rendimentos de propriedade	263.348,00 €	3,56%	5,88%
Transferências correntes	4.185.655,00 €	56,56%	25,34%
Venda de bens e serviços correntes	555.529,00 €	7,51%	5,72%
Outras receitas correntes	29.372,00 €	0,40%	-81,23%
Receitas de Capital	1.710.241,00 €	23,11%	-36,00%
Venda de bens de investimento	188.000,00 €	2,54%	-64,53%
Transferências de capital	1.499.346,00	20,26%	-30,01%
Outras receitas de capital	2.499,00 €	0,03%	1149,50%
Reposições não abatidas pagam.	20.396,00	0,28%	-1,00%
Receita Total	7.400.000,00 €	100%	-1,63%

Tabela 2 – Perfil da Receita 2014

⁸ Fundo de Equilíbrio Financeiro

⁹ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

¹⁰ Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

Handwritten signatures and initials in blue ink, including what appears to be 'D. D.' and 'A. A.'.

3.3. DESPESA PREVISIONAL

3.3.1. Critérios adotados na projeção da despesa

No que respeita à previsão da despesa, foram tidas em conta todas as normas e especificidades técnicas previstas no POCAL¹¹.

As autarquias locais deverão inscrever em orçamento, em primeiro lugar, as despesas obrigatórias, são elas:



A previsão da despesa orçamental iniciou-se pela aferição das obrigações legais e dos compromissos e obrigações assumidas durante o ano de 2013 e que irão transitar para a gerência 2014, sob a forma de contratos de aquisições de bens e serviços e de empreitadas de obras em execução, assim como, pelo apuramento das despesas obrigatórias e permanentes, entre elas, as despesas com o pessoal, de funcionamento (comunicações, energia, água, combustíveis, etc.) e com a satisfação do serviço da dívida (amortizações e juros).

No que respeita às despesas de funcionamento, a estimativa assentou, sobretudo, nos valores que se têm vindo a verificar nos últimos anos e numa avaliação da sua pertinência num acentuado quadro de crise económica estrutural, de apelo à redução de despesa e de uma gestão mais eficiente, racional e económica.

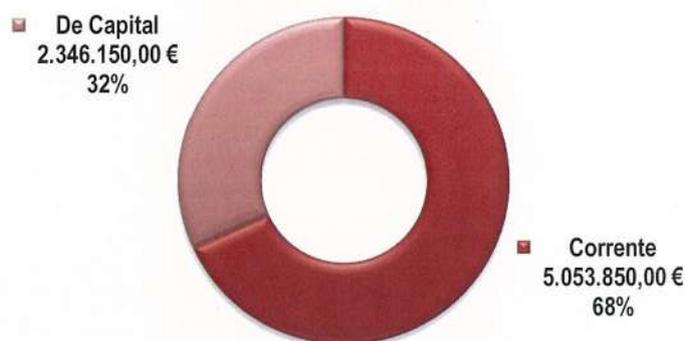
3.3.2. Estrutura das Despesas

Por forma a dar cumprimento ao estabelecido no princípio do equilíbrio orçamental, a **Despesa Total** orçamentada para o ano de 2014 ascende a **7.400.000,00€**. Ao grupo das **Despesas**

¹¹ Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

Correntes cabe um montante acumulado de **5.053.850,00€**; ascendendo as **Despesas de Capital** a **2.346.150,00€**.

Estrutura da Despesa 2014



No quadro que se segue, podemos fazer uma análise da despesa estimada para 2014 de acordo com a classificação económica da mesma.

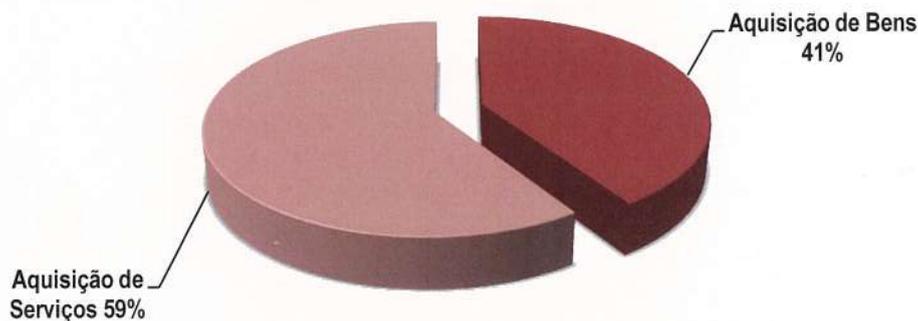
Capítulos	Previsão	%	Tx. Cresc.
Despesas Correntes	5.053.850,00 €	68,30%	4,63%
Despesas com pessoal	2.475.417,00 €	33,45%	0,97%
Aquisição de bens e serviços	1.929.240,00 €	26,07%	5,18%
Juros e outros encargos	8.750,00 €	0,12%	-46,48%
Transferências correntes	485.993,00 €	6,57%	51,61%
Subsídios	26.000,00 €	0,35%	-14,23%
Outras despesas correntes	128.450,00 €	1,74%	-27,41%
Despesas de Capital	2.346.150,00 €	31,70%	-12,88%
Aquisição de bens de capital	1.916.950,00 €	25,90%	-15,68%
Transferências de capital	200.000,00 €	2,70%	1,80%
Ativos financeiros	51.000,00 €	0,69%	0,00%
Passivos financeiros	177.000,00 €	2,39%	3,51%
Outras despesas de capital	1.200,00 €	0,02%	0,00%
Despesa Total	7.400.000,00 €	100%	-1,63%

Tabela 3 – Perfil da Despesa 2014

Destacam-se, ao nível das **Despesas Correntes**, o predomínio das despesas com pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços, que representam, respetivamente, 48,98% e 38,17% do perfil deste grupo de despesas, equivalendo a 33,45% e 26,07% das despesas totais, respetivamente.

No que concerne ao grupo da **Aquisição de Bens e Serviços**, e através da análise do gráfico, verificamos que as *aquisições de serviços* representam a maioria das despesas estimadas neste âmbito absorvendo cerca de 59% do valor disponível para esta rúbrica, o que equivale a 1.142.090,00€. Os restantes 41% correspondem à rúbrica da aquisição de bens que se estima num montante de 787.150,00€.

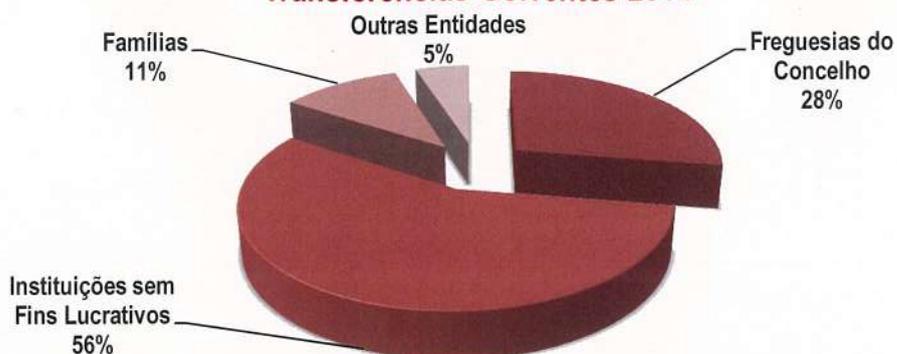
Aquisição de Bens e Serviços 2014



Continuando a análise das **Despesas Correntes**, podemos verificar que, as **Transferências Correntes**, contam com uma dotação de **485.993,00€**, o que representa 9,62% daquela natureza de despesa e 6,57% da despesa total estimada, sendo que **56,52%** dessas transferências são destinadas a **Instituições sem Fins Lucrativos**, tais como, Associações Culturais, Recreativas, Desportivas e IPSS's. Cerca de **27,67%** desse valor é destinado às **Juntas de Freguesia** do concelho e **10,91%** do valor destina-se ao apoio às **famílias**. Este apoio será prestado através da atribuição de bolsas de estudo aos jovens, encontrando-se ainda previsto nesta rúbrica o apoio à fixação de jovens e famílias no concelho e o apoio aos estratos sociais mais desfavorecidos. Os restantes **4,90%** cabem a **Outras Entidades**.

Nesta rúbrica enquadram-se todas as transferências a efetuar, em cumprimento dos protocolos celebrados na área da educação, associativismo, assim como, com as Juntas de Freguesia.

Transferências Correntes 2014



Passamos agora à análise das **Despesas de Capital**, como podemos verificar, nesta classe destaca-se a rúbrica Aquisição de Bens de Capital. Importa referir que esta rúbrica representa cerca de 81,71% das despesas de capital e cerca de 25,90% das despesas totais.

Despesas de Capital



As rúbricas, Transferências de Capital, Passivos Financeiros, Ativos Financeiros e Outras Despesas de Capital, consomem menos recursos, representado respetivamente, 8,53%, 7,54%, 2,17% e 0,051% do total das Despesas de Capital correspondendo a 2,70%, 2,39%, 0,69%, 0,02% da Despesa Total.

Analisando a tabela 4, podemos efectuar uma análise mais pormenorizada da despesa, efetuada através de um critério de agregação da mesma, que nos permite ter uma noção mais realista e aproximada do peso dos encargos de funcionamento no total da despesa, assim como do investimento direto e indireto (transferências de capital).

Agregação	Capítulos	Dotação	Peso
Funcionamento	Despesas com pessoal	2.475.417,00 €	61,26%
	Aquisição de bens e serviços	1.929.240,00 €	
	Outras despesas correntes	128.450,00 €	
	Sub-Total	4.533.107,00 €	
Investimento	Aquisição de bens de capital	1.916.950,00 €	28,61%
	Transferências de capital	200.000,00 €	
	Sub-Total	2.116.950,00 €	
Serviço da Dívida	Juros e outros encargos	8.750,00 €	2,51%
	Passivos financeiros	177.000,00 €	
	Sub-Total	185.750,00 €	
Outras Despesas	Transferências correntes	485.993,00 €	7,62%
	Subsídios	26.000,00 €	
	Ativos financeiros	51.000,00 €	
	Outras despesas de capital	1.200,00 €	
	Sub-Total	564.193,00 €	
Despesa Total		7.400.000,00 €	100%

Tabela 4 – Repartição das Despesas

Nas despesas de funcionamento de uma autarquia predominam as despesas com **pessoal** e com a **aquisição de bens e serviços**. Estas dizem respeito a despesas com a aquisição de bens e serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas correspondentes a encargos das instalações, locação de bens, transportes, conservação de bens, comunicações, combustíveis, energia, água, representação municipal, seguros, estudos e consultadoria e encargos da cobrança de receitas, prestações de serviços no âmbito da Educação referente a transferências assumidas com as atividades de enriquecimento curricular, transportes e refeições escolares.

3.3.3. Grandes Opções do Plano 2014

No que respeita às Grandes Opções do Plano para 2014, o executivo teve a preocupação de valorizar a fixação de pessoas no concelho, por via do investimento na diversificação da oferta imobiliária e na reabilitação de casas degradadas. Estamos cientes de que para incentivar a fixação de famílias não basta a oferta ao nível da habitação, é necessário investir noutras áreas, como a da educação, cultura, apoio social, ambiente e manutenção dos espaços públicos.

Acreditamos, no entanto, que os desafios que se colocam não são apenas da responsabilidade do Município, passam também um pouco pelo envolvimento e participação de todos. O Concelho é de todos nós e como tal todos podem e devem ter uma palavra a dizer no sentido do seu melhoramento/desenvolvimento.

Uma das grandes medidas previstas nas Grandes Opções do Plano, passam pelas iniciativas de promoção de condições favoráveis ao rejuvenescimento populacional do concelho de Ródão. As baixas taxas de natalidade e fecundidade, associado ao forte envelhecimento da população concelhia, estão na génese da profunda alteração demográfica do mesmo.

A inversão desta tendência passa pela tomada de decisões a vários níveis, designadamente no sentido de criar condições favoráveis à instalação de casais jovens e à alteração da atitude destes face à fecundidade, ou seja, ao número de filhos que cada casal decide ter.

As medidas a implementar e que visam a inversão desta tendência, são as seguintes:

- ✓ Apoio à construção, reparação ou aquisição de habitação;
- ✓ Apoio específico para a fixação de famílias numerosas através da atribuição de um subsídio anual que pode variar entre 50 e 100% do valor da renda de casa;
- ✓ Isenção do pagamento das mensalidades devidas pela frequência de creches, desde que se situem na área do município;
- ✓ Atribuição de bolsas de estudo no âmbito do sistema de apoios sociais para a frequência de cursos ministrados em instituições de ensino superior.

	Montante 2014	Peso (%)	Tx Cresc.
PAM	2.360.903,00 €	31,90%	13,59%
Extra-Plano	3.122.147,00 €	42,19%	-1,86%
PPI	1.916.950,00 €	25,90%	-15,30%
Total	7.400.000,00 €	100%	-1,63%

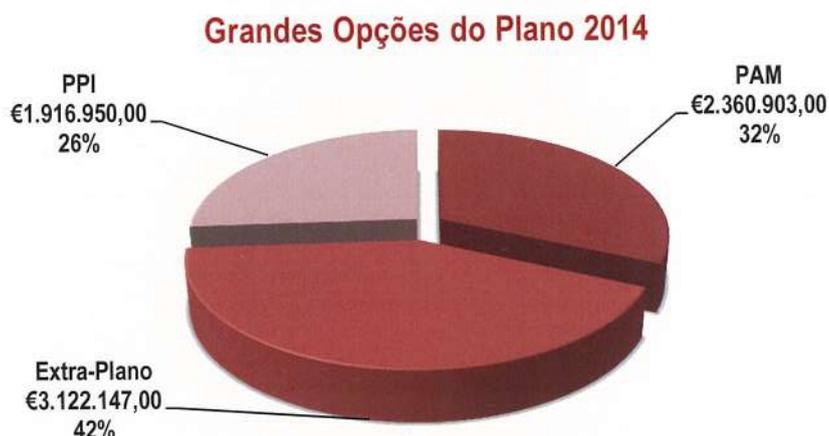
Tabela 5 – Repartição das Despesas – Opções do Plano 2014

Da análise à tabela 5 verificamos que **31,90%** das dotações da despesa dizem respeito aos **Planos de Atividade** apresentados pelas diversas unidades orgânicas da autarquia, o que corresponde a um montante de **2.360.903,00€**.

Para o **Plano Plurianual de Investimentos**, foi orçamentado um montante de **1.916.950,00€**, o que corresponde a **25,90%** das despesas previstas a realizar em 2014.

O valor do **Extra-Plano** representa **42,19%** das dotações da despesa, a que corresponde um montante de **3.122.147,00€**. Neste, incluem-se as despesas com pessoal e outras despesas gerais de funcionamento não afetas diretamente a nenhuma atividade.

No geral, o **Orçamento Previsional** sofreu uma redução de **1,63%** face ao ano anterior. A maior redução sentida foi ao nível do **Plano Plurianual de Investimentos**, verificando-se neste, uma diminuição de **15,30%**. As razões que levam a justificar esta diminuição passam, essencialmente, pela actual conjuntura económico-social e pela redução substancial das receitas, bem como a diminuição da receita extraordinária a arrecadar para a execução do projecto de beneficiação do Caminho Municipal 1355-IP2-Vale do Cobrão-Foz do Cobrão.



No que respeita ao **Plano de Atividades Municipais**, que contempla as actividades municipais, apresenta para 2014 um valor estimado de **2.360.903,00€** o que reflete um acréscimo de cerca de 13,59% face ao ano anterior. Em termos funcionais, verificamos que as funções sociais são aquelas que mais se destacam neste universo, absorvendo cerca de 64,35% dos recursos disponíveis, é ainda de realçar que esta rubrica foi reforçada em cerca de 20% face ao ano anterior. Tal crescimento justifica-se pela estratégia adotada pelo executivo e que se prende com a atribuição de apoios sociais aos estratos mais desfavorecidos, com os apoios à educação,

com a atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentem o ensino superior, com os apoios ao nível da ação social e da habitação. Todas estas medidas têm um objetivo comum, o de fixar os jovens e famílias no concelho de Vila Velha de Ródão por forma a inverter a situação demográfica deste concelho.



Como podemos observar no esquema, a área que mais se destaca, ao nível das Funções Sociais do PAM¹², é a da Segurança e Ação Social, que representa cerca de 36,50% da despesa sectorizada para o próximo ano. Seguem-se as áreas da Habitação e Serviços Coletivos e os Serviços Culturais e Recreativos que representam, respetivamente, 30,48% e 21,42% da despesa prevista e a Educação que consome cerca de 11,61% dos recursos.



Na tabela 6 apresentamos uma análise detalhada da despesa sectorizada por funções ao nível do **Plano de Atividades Municipais**, na qual podemos verificar que a rubrica que contém maior dotação orçamental é a da Segurança e Ação Social, para a qual foi canalizada uma verba de

¹² Plano de Atividades Municipais

554.470,00€, o que representa cerca de 23,49% da despesa setORIZADA. Segue-se a Habitação e Serviços Coletivos e Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos, com respetivamente 19,61% e 13,78% da despesa setORIZADA.

Divisão/Serviço	2014	Peso (%)	Varição (%) 13/14
FUNÇÕES GERAIS	113.000,00 €	4,79%	76,29%
Serviços gerais da administração pública	47.000,00 €	1,99%	112,67%
Segurança e ordem pública	66.000,00 €	2,80%	57,14%
FUNÇÕES SOCIAIS	1.519.200,00 €	64,35%	20,41%
Educação	176.330,00 €	7,47%	-15,05%
Segurança e ação social	554.470,00 €	23,49%	45,42%
Habitação e serviços coletivos	463.000,00 €	19,61%	-2,22%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	325.400,00 €	13,78%	63,23%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	336.440,00 €	14,25%	-7,27%
Agricult., pecuárias, silvicult., caça e pesca	77.940,00 €	3,30%	122,69%
Indústria e energia	180.000,00 €	7,62%	12,50%
Comércio e turismo	23.500,00 €	1,00%	-2,89%
Outras funções económicas	55.000,00 €	2,33%	-61,70%
OUTRAS FUNÇÕES	392.263,00 €	16,61%	0,64%
Operações da dívida autárquica	185.500,00 €	7,86%	-0,86%
Transferências entre administrações	154.463,00 €	6,54%	2,73%
Diversas não especificadas	52.300,00 €	2,22%	0,00%
TOTAL	2.360.903,00 €	100%	13,59%

Tabela 6 - Plano de Atividades Municipais – Despesa SetORIZADA

Quanto ao **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**, contempla para o ano de 2014, um montante de **1.916.950,00€**. No que respeita a este plano, verificamos que o mesmo sofreu uma redução na ordem dos 15,30% face ao ano anterior.

Em termos funcionais, as dotações previstas para o Plano Plurianual de Investimentos encontram-se repartidas da seguinte forma:



Na tabela 7 temos uma análise detalhada da despesa setORIZADA por funções ao nível do **Plano Plurianual de Investimentos**, na qual podemos verificar que a rubrica que contém maior dotação orçamental é a dos Transportes e Comunicações, para a qual foi canalizada uma verba de 532.500,00€, o que representa cerca de 27,78% da despesa setORIZADA. Segue-se a Habitação e Serviços Coletivos e os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos, com respetivamente 25,02% e 22,07% da despesa setORIZADA.

Divisão/Serviço	2014	Peso (%)	Variação (%) 13/14
FUNÇÕES GERAIS	348.000,00 €	18,15%	40,55%
Serviços gerais da administração pública	343.500,00 €	17,92%	42,77%
Segurança e ordem pública	4.500,00 €	0,23%	-35,71%
FUNÇÕES SOCIAIS	980.450,00 €	51,15%	-23,70%
Educação	76.000,00 €	3,96%	94,87%
Segurança e ação social	1.750,00 €	0,09%	-68,18%
Habitação e serviços coletivos	479.600,00 €	25,02%	-33,06%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	423.100,00 €	22,07%	-19,26%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	588.500,00 €	30,70%	-19,46%
Indústria e energia	43.000,00 €	2,24%	48,28%
Transportes e comunicações	532.500,00 €	27,78%	-22,06%
Comércio e turismo	13.000,00 €	0,68%	-29,73%
TOTAL	1.916.950,00 €	100%	-15,30%

Tabela 7 – Plano Plurianual de Investimentos - Despesa SetORIZADA

As **funções gerais** correspondem aos serviços de administração geral e de proteção civil e bombeiros. As **funções sociais** incluem as áreas da educação, da ação social, do ordenamento do território, da proteção do ambiente, da cultura e desporto. E finalmente as **funções económicas**, onde estão integradas a indústria e energia, os transportes e comunicações e o turismo.

Apesar do decréscimo percentual sentido ao nível das **funções sociais** na ordem dos 23,70%, estas mantêm em termos absolutos o destaque em termos de investimento programado, cerca de **980.450,00€**. Estes, destinam-se a projetos, ao nível da educação, através da aquisição de equipamentos informáticos, de material didático, aquisição de um autocarro, com vista a melhorar a rede de transportes escolares dos alunos do ensino básico que é assegurado a 100%

pela autarquia. De ressaltar ainda que, a despesa ao nível da educação foi reforçada em 94,87% face ao ano anterior. Esta rubrica inclui ainda despesas a nível da ação social, habitação, cultura e desporto.

Quando analisado o investimento por classificação económica da despesa, temos a seguinte tabela:

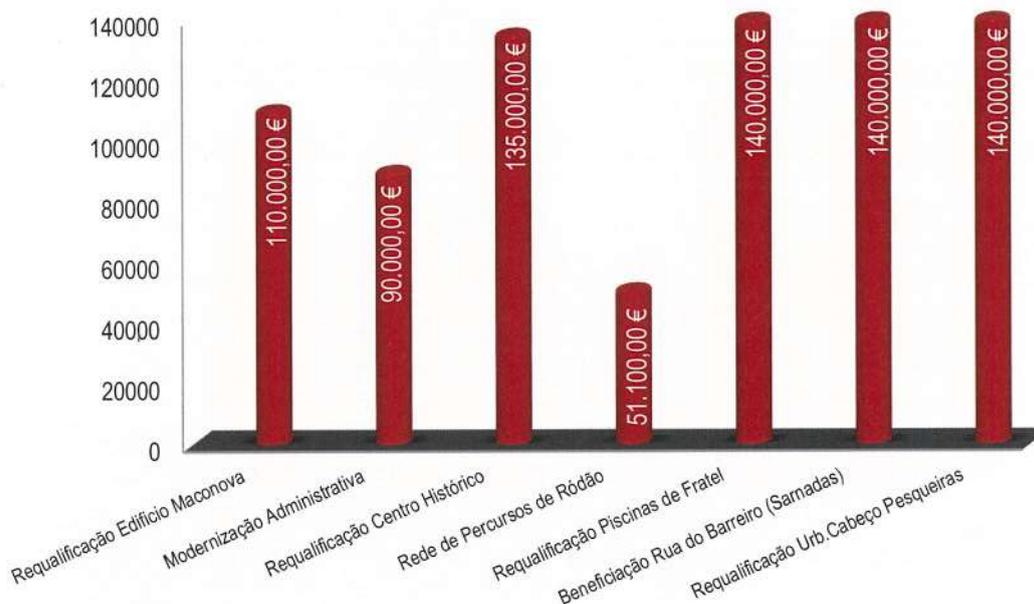
Económica	2014	Peso (%)	Variação 13/14
Terrenos	71.000,00 €	3,70%	60,63%
Habitação	150.500,00 €	7,85%	2636,36%
Construção	101.000,00 €	5,27%	3940,00%
Aquisição	37.000,00 €	1,93%	1133,33%
Reparação e beneficiação	12.500,00 €	0,65%	100,00%
Edifícios	381.500,00 €	19,90%	35,00%
Instalações de serviços	26.000,00 €	1,36%	160,00%
Instalações desportivas, recreativas e escolas	238.000,00 €	12,42%	263,36%
Outros	117.500,00 €	6,13%	-43,26%
Construções Diversas	143.000,00 €	7,46%	113,43%
ETAR'S	10.000,00 €	0,52%	100,00%
Iluminação pública	12.000,00 €	0,63%	300,00%
Parques e jardins	40.000,00 €	2,09%	3900,00%
Instalações desportivas e recreativas	17.500,00 €	0,91%	0,00%
Captação e distribuição de água	500,00 €	0,03%	-50,00%
Cemitérios	10.000,00 €	0,52%	0,00%
Outros	53.000,00 €	2,76%	53,62%
Material de transporte	89.000,00 €	4,64%	323,81%
Informática	169.600,00 €	8,85%	69,60%
Equipamento administrativo	5.750,00 €	0,30%	-52,08%
Equipamento básico	151.350,00 €	7,90%	10,88%
Equipamento básico - Outros investimentos	107.250,00 €	5,59%	2,14%
Material de transporte - Locação financeira	0,00 €	0,00%	-100,00%
Bens de domínio público	648.000,00 €	33,80%	-56,50%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	410.500,00 €	21,41%	-53,54%
Sistema de drenagem água residuais	1.000,00 €	0,05%	-96,67%
Parques e jardins	80.000,00 €	4,17%	-76,81%
Captação e distribuição de água	10.000,00 €	0,52%	-66,67%
Viação rural	143.500,00 €	7,49%	-27,53%
Outros	3.000,00 €	0,16%	0,00%
TOTAL	1.916.950,00 €	100,00%	-15,68%

Tabela 8 – Investimento por classificação económica da despesa

Agregado o investimento por projetos, verificamos que cerca de 21,41% da dotação prevista para o Plano Plurianual de Investimentos será aplicado ao nível dos **Bens de Domínio Público** na requalificação de *viadutos, arruamentos e obras complementares*. Dentro ainda da mesma rubrica prevê-se um investimento na ordem dos 7,49% para a *viação rural*.

No que respeita à classificação económica do investimento – **Edifícios** prevê-se alocar para a mesma, cerca de 12,42% dos recursos para, *instalações desportivas, recreativas e escolas*.

Projetos mais relevantes - Plano Plurianual de Investimentos 2014



4. SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO À DATA DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

No que respeita ao limite anual de endividamento por parte das autarquias, estas devem ter em conta o disposto nos artigos 37º e 39º da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro, (Lei das Finanças Locais), assim como os dados contantes no SIIAL¹³ que fixam os limites ao endividamento de cada município.

3º Trimestre de 2013	Limites	Montantes a considerar	Margem
Endividamento de Curto Prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Endividamento M/Longo Prazo	4.730.006,00 €	820.966,00 €	3.909.040,00 €
Endividamento Líquido a Considerar	126.450,00 €	- 1.697.585,00 €	1.824.035,00 €

Tabela 9 - Situação do endividamento à data de elaboração do orçamento

¹³ Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais

BDoo

A tabela 8 reflete a situação do endividamento desta autarquia à data de 30 de Setembro de 2013 (3º Trimestre). Apraz-nos salientar que este município se encontra em cumprimento dos limites legalmente exigidos.

Gostaríamos no entanto de ressaltar que na rubrica do Endividamento a Médio/Longo Prazo, está incluído o valor do empréstimo efectuado pelo município junto do BEI¹⁴ e que viu a sua aprovação em 2012, no entanto os montantes só se evidenciaram no endividamento de M/L Prazo em 2013.

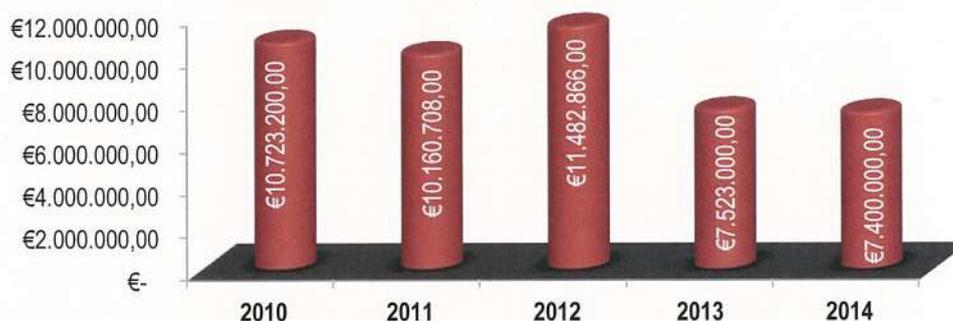
Dos valores apresentados, salienta-se o facto do valor de endividamento de M/L Prazo do município representar apenas 17,36% do respetivo limite imposto na lei. Já no que se refere ao Endividamento Líquido a considerar, este apresenta um montante negativo de **1.697.585,00€**, refletindo o facto dos direitos do município (ativo) serem superiores às obrigações (passivo), em termos dos valores a considerar para efeitos do endividamento líquido.

Não poderíamos ainda deixar de salientar que o **Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores** no final do 3º Trimestre se encontrava nos 14 dias, situação esta que muito nos satisfaz e que não poderíamos deixar de ressaltar, tendo em conta a atual crise que o país atravessa e à qual nenhuma entidade está imune.

5. ANÁLISE COMPARATIVA 2013/2014

Quando olhamos para o orçamento para 2014 verificamos que este sofreu um decréscimo da ordem dos 1,63% (-123.000,00€) face ao ano anterior. Salientamos no entanto que o orçamento de 2013 já havia sofrido uma redução significativa, na ordem dos 34,48% (-3.959.866,00€), face ao montante orçamentado para 2012.

Evolução dos Orçamentos Municipais



¹⁴ Banco Europeu de Investimento

Diogo

	2013	2014	Cresc.
Receitas Correntes	4.830.030,00 €	5.689.759,00 €	17,80%
Receitas de Capital	2.692.970,00 €	1.710.241,00 €	-36,49%
Total	7.523.000,00 €	7.400.000,00 €	-1,63%
Despesas Correntes	4.830.030,00 €	5.053.850,00 €	4,63%
Despesas de Capital	2.692.970,00 €	2.346.150,00 €	-12,88%
Total	7.523.000,00 €	7.400.000,00 €	-1,63%

Tabela 10 - Previsão Orçamental

5.1. RECEITA

No que diz respeito à rúbrica da **Receita**, na componente de **Receita Corrente** estima-se um aumento na ordem dos 17,80%, o que representa um montante de 859.729,00€. A variação positiva desta rúbrica deve-se essencialmente ao aumento dos *Impostos Diretos*, 22,83%, resultante do aumento de receita ao nível da Derrama, e das *Transferências Correntes*, 25,34%.

Em contrapartida, prevê-se um decréscimo na ordem dos 81,23% na rúbrica *Outras Receitas Correntes*, esta diminuição tão significativa prende-se com a alteração legislativa referente às regras de liquidação do IVA, que introduziu o regime de inversão do sujeito passivo. De referir ainda a diminuição em cerca de 45,82% na rúbrica *Taxas, Multas e Outras Penalidades*.

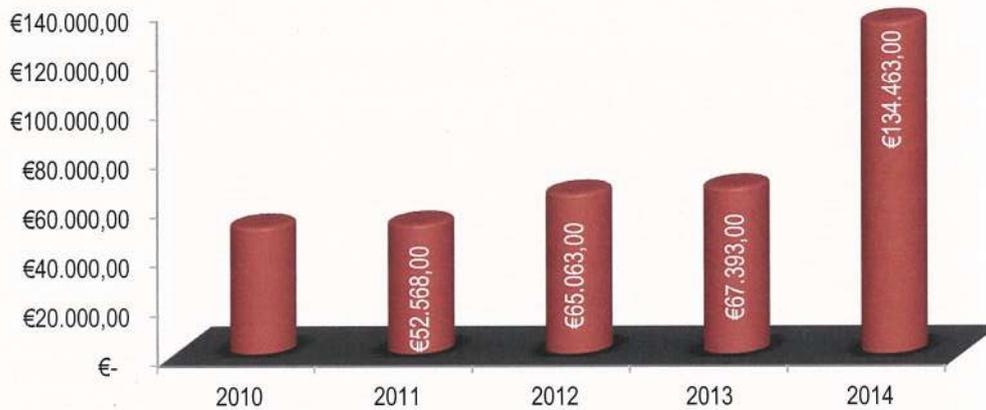
No que concerne à **Receita de Capital**, está previsto um decréscimo na ordem dos 36,49% que representa um montante de 982.729,00€ quando comparado com o valor orçamentado para o ano de 2013. Este decréscimo justifica-se em parte pela redução da rúbrica *Venda de Bens de Investimento* que decresceu cerca de 64,53% e pela diminuição da rúbrica das *Transferências de Capital*, que sofreu um corte na ordem dos 30,01% quando comparado com o ano anterior.

5.2. DESPESA

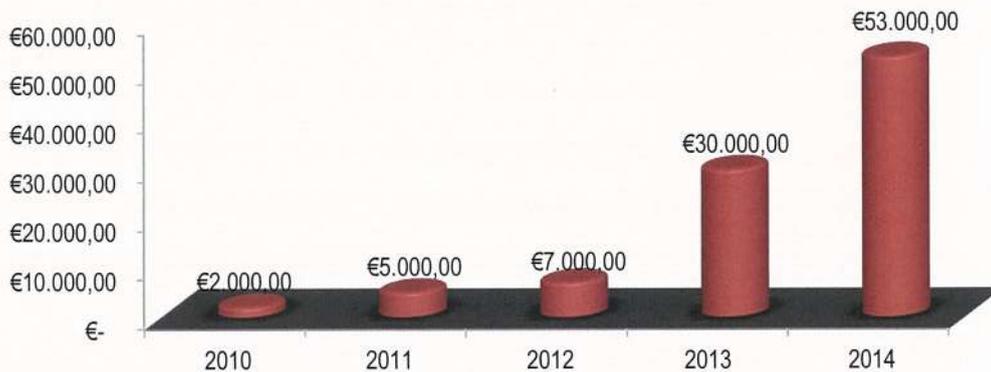
Quando olhamos para o campo da **Despesa**, verificamos que a **Despesa Corrente** teve uma variação positiva em cerca de 4,63% em relação ao ano anterior. A rúbrica que mais contribuiu para este aumento foram as *Transferências Correntes* que tiveram uma variação positiva na ordem dos 51,61%. O crescimento verificado na rúbrica das *Transferências Correntes* foi

fortemente influenciado pelo aumento do valor das transferências para as Juntas de Freguesia e para as famílias. O acréscimo do valor transferido para as Juntas de Freguesia foi na ordem dos 99,52%, o que representa um montante de 67.070,00€, que se destina à execução dos protocolos de colaboração entre o Município e a Juntas de Freguesia e deve-se a um ajustamento da natureza da despesa, mantendo-se a previsão do valor global das transferências para estas entidades. No que respeita à transferência para as Famílias foi feito um reforço da rubrica em cerca de 76,67%, face ao ano anterior, o que representa um montante de 23.000,00€. Este aumento deve-se às políticas adotadas, no âmbito dos regulamentos municipais de apoio à fixação de jovens e famílias, de apoio aos estratos sociais desfavorecidos e de atribuição de bolsas de estudo.

Evolução das Transferências para as Juntas de Freguesia



Evolução das Transferências para as Famílias

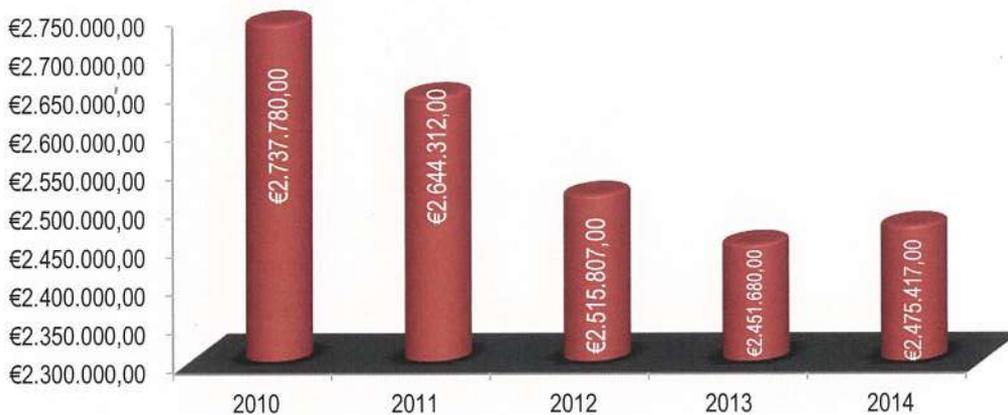


Analisando o gráfico das *Despesas com Pessoal*, verificamos que a despesa com esta rubrica tem vindo em rota descendente nos últimos quatro anos, excetuando-se para o efeito a previsão

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Dias'.

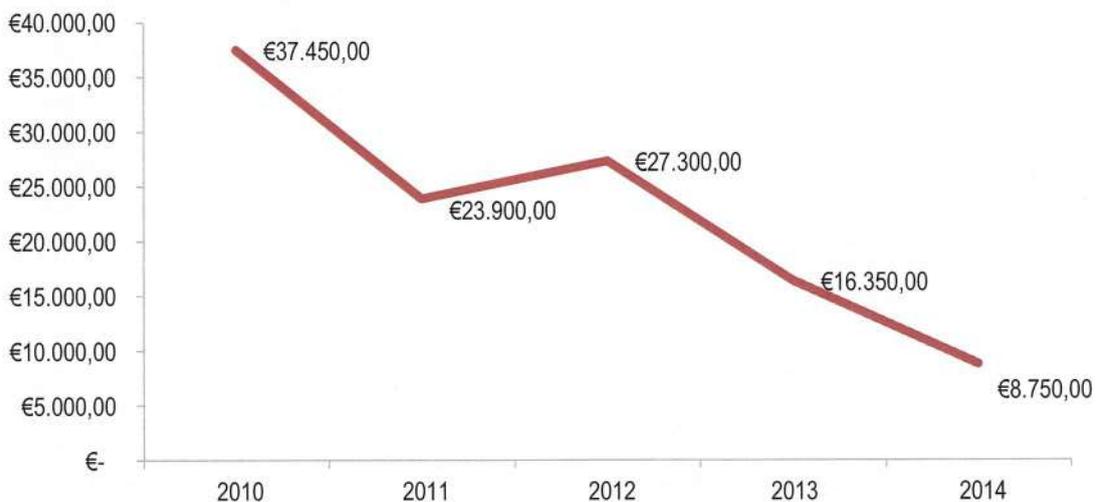
para 2014, em que prevemos que esta despesa sofra um aumento na ordem dos 0,97% face a 2013, resultante apenas do aumento dos encargos do Município com o regime contributivo de proteção social dos trabalhadores (Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social), tendo mesmo as remunerações sofrido cortes, como é do conhecimento geral. Justifica-se esta rota descendente das despesas com pessoal, pelas sucessivas imposições previstas na Lei do Orçamento de Estado e que obriga as autarquias locais a reduzir, no mínimo 2% o número de trabalhadores face ao ano anterior.

Evolução das Despesas com Pessoal



Ainda nas **Despesas Correntes**, importa referir que se prevê uma diminuição na ordem dos 46,48% com *Juros e Outros Encargos*, continuando assim o sentido decrescente que se tem vindo a registar desde 2012.

Evolução da Despesa com Juros e Outros Encargos



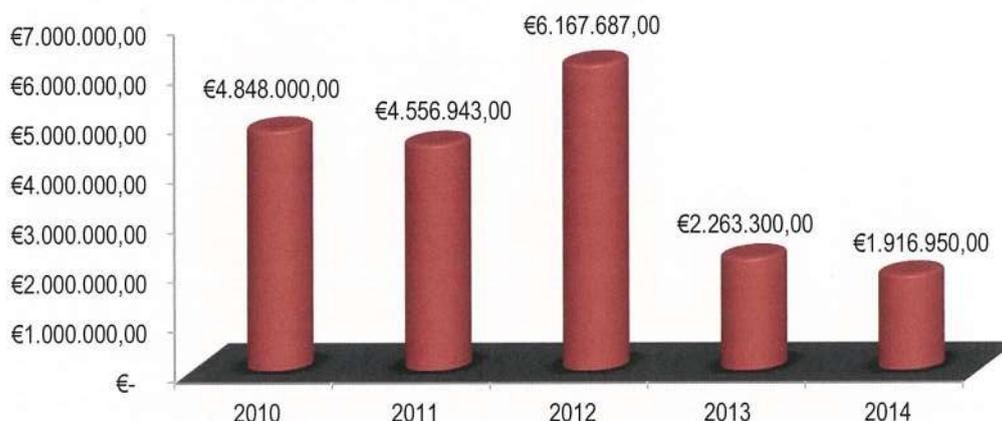
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

Quando olhamos para a rúbrica das **Despesa de Capital** verificamos que esta teve uma variação negativa em cerca de 12,88% face ao ano anterior.



A rúbrica que mais contribui para esta diminuição é a da *Aquisição de Bens de Capital* que sofreu uma redução na ordem dos 15,68% face ao ano anterior. Esta rúbrica inclui as classificações económicas que dizem respeito ao Plano Plurianual de Investimentos, refletindo um menor volume de investimento face a 2013, na ordem dos 346.350,00€.

Evolução do Investimento



Ainda no âmbito das **Despesas de Capital**, verificamos que as *Transferências de Capital* sofreram uma variação positiva na ordem dos 1,80%. As rúbricas que mais contribuem para esta variação são as transferências para as Instituições sem Fins Lucrativos (↑51,25%) e as transferências para as famílias (↑500%) para cumprimento das políticas de incentivo à fixação de jovens e de apoio às instituições sem fins lucrativos.

A rúbrica dos *Passivos Financeiros*, compreende as operações financeiras, de tesouraria e as de médio e longo prazo, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, de garantias. Esta rúbrica sofreu um aumento na ordem dos 3,51% pelo facto de o empréstimo contraído junto do BEI¹⁵ ter deixado de estar em período de carência iniciando a sua amortização a partir de ano 2014.

5.3. EVOLUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL

Como podemos observar no gráfico, o Plano de Atividades Municipal tem vindo em rota descendente nos últimos quatro anos. Para contrariar esta tendência, prevê-se um aumento na ordem dos 13,59% para 2014. A classe que mais contribuiu para este aumento foi a das **Funções Gerais**, registando um aumento em cerca de 76,28% face ao ano anterior. Este aumento justifica-se pelo reforço das transferências para a Associação de Bombeiros, no âmbito da rúbrica de *Proteção Civil e Luta Contra os Incêndios* que foi reforçada em cerca de 57,14%. Outra das rúbricas que contribuiu para o aumento das Funções Gerais foi a da *Modernização Administrativa* uma vez que no ano anterior não estava contemplada qualquer verba para esta rúbrica.

As **Funções Sociais** foram reforçadas em cerca de 20,41% face ao ano anterior, este aumento justifica-se pela estratégia adotada pelo executivo no âmbito do reforço dos apoios sociais aos estratos mais desfavorecidos, tendo também contribuído para o aumento do PAM¹⁶.

Evolução do Plano de Atividades Municipal



¹⁵ Banco Europeu de Investimento

¹⁶ Plano de Atividades Municipal

Dião

6. RÁCIOS FINANCEIROS

RÁCIOS	2014	2013
Impostos Diretos/Receitas Correntes	10,97%	10,52%
Transf. Correntes/Receitas Correntes	73,56%	69,14%
Receitas Correntes/Receitas Totais	76,89%	64,20%
Despesas de Pessoal/Receitas Correntes	43,51%	50,76%
FEF+FSM+IRS/Despesas Totais	46,63%	34,73%
Despesa Corrente/Receita Corrente	88,82%	100,00%
Despesas de Capital/Receitas de Capital	137,18%	100,00%
Despesas de Pessoal/Despesas Correntes	48,98%	50,76%
Despesas Correntes/Despesas Totais	68,30%	64,20%
Investimentos/Despesas de Capital	90,23%	91,71%

Tabela 11 – Rácios Financeiros

7. MAPA DE PESSOAL 2014

A exemplo do que tem acontecido em anos anteriores, a gestão de recursos humanos encontra-se fortemente condicionada por um momento de extraordinária contenção imposta nas sucessivas Leis do Orçamento de Estado.

De acordo com a proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2014, as autarquias locais encontram-se obrigadas a reduzir, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2013. No caso de incumprimento do disposto, haverá lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado para a autarquia em causa, no montante equivalente ao que resultaria, em termos de poupança, com a efetiva redução de pessoal prevista naquela disposição no período em causa.

Perspetivando-se que venha a ser aprovada esta nova redução de 2% para o ano de 2014, o mapa de pessoal terá de ter em conta essa realidade, desta forma, procura-se com este documento restringir as necessidades de recrutamento ao mínimo indispensável para fazer face às necessidades e desafios que o Município terá de enfrentar ao longo do ano, prevendo-se apenas a conclusão do concurso para assistente operacional (coveiro).